Boletim Gaúcho de Geografia

http://seer.ufrgs.br/bgg

SOBRE A DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO ESPAÇO, CONVITE AO DEBATE E À ATUAÇÃO DA COMUNIDADE GEOGRÁFICA

Nelson Rego
Boletim Gaúcho de Geografia, 16: 35-38, out., 1988.

Versão online disponível em:
http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37980/24475

Publicado por
Associação dos Geógrafos Brasileiros

Portal de Periódicos
UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br
Políticas: http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy
Submissão: http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions
Diretrizes: http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines

Data de publicação - out., 1988
Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

SOBRE A DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO ESPAÇO, convite ao debate e à atuação da comunidade geográfica

Nelson Rego *

Frente a acumulações de poder econômico e político, onde se inclue o centralismo da administração pública, em todos os seus níveis, instauram-se esforços que tentam a construção democrática da sociedade brasileira. Esforços que, se ainda não se expressam como atividade política que instaura um genuíno processo de autonomia social (processo que claramente projeta a superação de todo aparelho diretivo posto acima da sociedade), ao menos, estabelecem uma prática em favor da aproximação (descentralização) do governo em relação à sociedade. Ou, expressando de outro modo, esforços que, no mínimo, procuram trazer a democracia de seu pólo formal, puramente representativo, para uma aproximação da democracia direta (cujo autêntico exercício significaria a autonomia social).

Nessa aproximação do governo em relação à sociedade, não pode deixar de estar incluída a descentralização administrativa sobre o espaço, desde que esta descentralização expresse, efetivamente, uma democrática gerência social sobre a organização dos espaços, nos quais as comunidades trabalham e vivem.

Propostas como a Reforma Tributária e a criação (em certos casos, com evidente sentido socialista) de conselhos populares

* Professor no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

urbanos expressam, sem dúvida, a possibilidade de transformações sociais significativas, desde que não afastadas de seu conteúdo progressista.

A ESTRATÉGIA CONSERVADORA: preencher de conteúdo retardatário as propostas transformadoras (que tentam ser transformadoras)

Quando não pode, pura e simplesmente, abafar pelo uso direto da força o avanço das causas sociais, o conservadorismo apresenta-se, então, como o formulador de projetos que procuram a todo custo vender a crença de que estão fixadas nas coisas as propriedades que só podem desenvolver sua vida enquanto exercidas pelos sujeitos sociais. Trata-se de roubar, em sua aparência, as propostas progressistas, impregnando-as com outro conteúdo: o conteúdo da prática política de quem associa seus interesses com a concentração de poder, com o fortalecimento de todo aparelho de poder que dirige a sociedade colocando-se acima das classes populares, e ao lado (ou dentro) das classes hegemônicas.

Assim, em relação à descentralização da administração pública, começam a se manifestar propostas que apresentam a criação de novos órgãos associados a novas divisões administrativas do espaço como sendo, em si mesmos e por si mesmos, a garantia de uma nova organização governamental mais democrática.

Para as grandes cidades, discutir a idéia de sub-prefeituras sempre parece pertinente, podendo ser a sub-prefeitura, numa proposta progressista, quase que o outro nome do conselho popular dotado de poder deliberativo; para os estados mais populosos e de economia mais forte e diversificada, igualmente, parece procedente a discussão em torno da criação de secretarias regionais, que poderiam expressar uma relação mais próxima da sociedade com a gerência administrativa sobre o seu espaço de vida. Tanto nas grandes cidades como nos estados existem problemas que manifestam o distanciamento dos governos em relação às populações e, desse modo,

se expressa a necessidade do reverso, o que inclue a necessidade de encurtar (aproximar) os limites espaciais sob a ação de novos órgãos administrativos.

No entanto, sem a transformação das relações sociais em torno da administração, a simples existência de novos órgãos responderá pela efetivação de um exercício administrativo mais democrático? Ou o distanciamento dos governos em relação aos mais graves problemas sociais, localizados nos mais diferentes espaços, manifesta em primeiro lugar a necessidade de transformações profundas nas relações de poder? Relações essas que, articuladas com as relações de produção, serão transformadas pela criação, simplesmente, de mais órgãos administrativos?

Trazer para a esfera das coisas — novos níveis administrativos, novas divisões do espaço — não será exatamente uma maneira de levar a discussão e ação políticas para longe das transformações das relações entre os sujeitos sociais?

Pense-se, por exemplo, nos significados opostos que podem conter um conselho popular — com autonomia de organização e e poder deliberativo da comunidade sobre as questões relativas ao seu espaço urbano — em comparação a uma sub-prefeitura (em sua proposta conservadora) que tem seu titular indicado e, completamente, subordinado ao prefeito.

Ou, ainda, num exemplo não hipotético, pense-se na Secretaria do Oeste do Estado de Santa Catarina: o seu atual secretário, indicado (e destituível) pelo governador do Estado, representará, de fato, um ganho democrático para uma participação maior das comunidades urbanas e agrárias sobre a administração daquela parte do espaço catarinense?

Propor uma descentralização que se pauta apenas numa maior distribuição espacial de novos órgãos administrativos — "esquecendo" da necessidade de transformação das relações sociais em torno do poder administrativo — é, na verdade, querer difundir através do espaço novos aparelhos de controle subordinados ao poder

central; não se trata, portanto, de descentralização ou democratização do exercício administrativo, mas do seu oposto: é querer tornar mais forte, mais eficiente, o centralismo governamental, em todas as suas escalas de intervenção.

Querer reduzir, reificar, para a esfera das coisas a discussão e ação política sobre a relação entre os sujeitos sociais é querer, enfim, tratar do Estado como se este não fosse a organização política dos conflitos entre classes e grupos sociais. E, pode ser redundante, mas deverá ser repetido enquanto for necessário, essa organização é hegemonizada pelas classes e grupos dominantes, traduzindo em suas ações, quase sempre, os interesses destas hegemonias.

ENDEREÇADO AOS GEÓGRAFOS E PROFESSORES DE GEOGRAFIA

Este trabalho deseja ser considerado não como uma análise (pois a questão pretensamente discutida é muitíssimo mais complexa do que faz supor o tratamento aqui recebido; apenas considerações — opiniões — muito gerais), mas como uma carta, ou convite, à reflexão e atuação da comunidade geográfica.

Ou, ainda, como um pedido: que os profissionais da Geografia — professores e geógrafos — não sejam cooptados por uma suposta valorização de nosso trabalho; afinal, trata-se de dividir o espaço para os fins da administração e, portanto, fica em evidência aquilo que a divisão formal entre as ciências chamaria de "competência geográfica".

Fica, desse modo, o convite aos profissionais da Geografia — objetivamente, para as nossas entidades representativas AGB e AGP — para a reflexão e atuação relativas ao assunto comentado, e o pedido de que nossos valores se orientem para aquilo que dá vida a todas as coisas realizadas entre os sujeitos da sociedade — os próprios sujeitos sociais.